

EDITORIAL

Dois meses se passaram desde as últimas eleições. Mas é agora, quando aqueles que foram eleitos assumem seus cargos, que começa o verdadeiro trabalho. Para os prefeitos e vereadores, colocar em prática o que prometeram nas campanhas. Para os eleitores, se trata de uma obrigação cidadã: acompanhar as ações daqueles em quem votaram.

Talvez pela própria história do Brasil, que nasceu colônia, viveu uma monarquia e ditadura, a população tenha se acostumado a não participar da vida pública. O filósofo grego Platão disse: “A desgraça de quem não gosta de política é ser governado por quem gosta”.

Apesar de ter sido dita há 650 anos, a frase não poderia soar mais atual. É fácil querer se distanciar da política por uma série de razões, como por conta da decepção provocada pelos casos de corrupção e má conduta política que vemos frequentemente. Mas é no sentido da frase de Platão que precisamos buscar o sentido de nossa obrigação política.

Associações, ONGs ou mesmo pessoas físicas têm buscado acompanhar as atuações dos políticos de modo geral e especialmente daqueles em quem votaram. Com a Internet, torna-se relativamente fácil verificar o passado político e as ações de nossos governantes.

Nesta edição, conversamos com especialistas e com pessoas que fizeram algo para tornar esse acompanhamento acessível. Cabe a você agora reforçar essa consciência e também exercer seu papel de cidadão.

Boa leitura!

Prof. Dr. Marcio de Moraes
Reitor

ELEIÇÕES

Quer mudanças? Tem que pegar no pé

O brasileiro tem o hábito de reclamar dos políticos, mas não está engajado nos projetos da comunidade

Gustavo Carneiro

Direito do cidadão que vive em uma democracia, o voto simboliza a opinião e o desejo do povo em escolher um candidato para representar sua cidade, estado e país. Em tese, as eleições indicariam os melhores representantes para um determinado cargo, mas na prática não é sempre que isso acontece. Muitos eleitores sequer avaliam os projetos e planos do candidato e escolhem nomes de pessoas que estão na mídia, como ex-jogadores de futebol ou artistas de TV.

Para José Sá, professor da Universidade Metodista de São Paulo e ex-assessor de imprensa do Ministério Público do Estado de São Paulo, votar é fácil. “Difícil é ver os eleitores acompanhando e cobrando ações dos candidatos que escolheram. Isto é um dever do cidadão, fundamental, como o ar que respiramos”, afirma. Para Sá, as coisas irão funcionar a partir do momento em que houver o envolvimento da população no processo democrático. “Tristes são as pessoas que acham que estão representados pelo candidato que votaram e relaxam”, comentou.

Essa cobrança é essencial para que os políticos não fiquem acomodados. Uma iniciativa que passou vigorar nas eleições de 2012 foi a Lei Ficha Limpa – originada a partir de uma iniciativa popular, em 2008, com o objetivo de melhorar o perfil dos candidatos a cargos eletivos do País. A ação popular é um instrumento previsto na Constituição Federal que permite que um projeto de lei seja apresentado ao Congresso Nacional desde que, entre outras condições, o mesmo apresente as assinaturas equivalentes a 1% de todos os eleitores do Brasil.

Após circular todo o País, o projeto foi entregue ao Congresso Nacional em 2009, com 1,3 milhão de assinaturas a favor e foi aprovado mais de dois anos depois, sendo declarado constitu-



Após exercer o direito ao voto, agora é hora de acompanhar os candidatos eleitos

cional pela maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Por sete votos a quatro, o plenário determinou que a lei passaria a valer a partir das eleições de outubro de 2012.

“A lei foi feita pelos cidadãos. Isso é revolucionário. Afinal, desde quando os próprios políticos teriam coragem de fazer uma lei para prejudicá-

los?”, ressaltou José de Sá. Em janeiro de 2013, os candidatos eleitos tomam posse de seus cargos, mas não é porque eles estão no poder que o cidadão não pode fazer mais nada pela democracia. A obrigação de cada eleitor é fiscalizar a ação de quem ajudou a eleger. O dever do cidadão vai muito além do que apenas votar.

Eleições & Cidadania



GUSTAVO CARNEIRO

Claudio de Oliveira Ribeiro, professor de Teologia na Universidade Metodista de São Paulo, fala sobre o envolvimento entre política e religião.

Qual é a importância do voto para o cidadão?

O voto é sempre um canal importante para o exercício da cidadania. É fato que o processo democrático requer outras formas de participação além dos processos eleitorais, como o reforço dos movimentos sociais, a defesa dos direitos humanos, o acompanhamento crítico e controle democrático do judiciário e da mídia. Entretanto, o voto é sempre um canal de corresponsabilidade, expressão popular e de exercício educativo para a cidadania.

Qual é a sua opinião sobre os candidatos que utilizam a religião para ganhar votos?

A relação entre religião e política é historicamente complexa. No Brasil, os políticos sempre usaram a religião católica para ganhar votos ou legitimação popular. A partir da década de 1980, os grupos evangélicos também passaram a destacar a dimensão religiosa nos processos eleitorais. Grupos não cristãos, embora minoritários, também adotam esta prática. A religião deve ser utilizada adequadamente para se ganhar votos. Ou seja, deve-se discutir o papel da religião em um estado laico. Ela deve ser um reforço

da democracia e não um substituto dos fóruns de decisão política.

Como as igrejas veem o processo eleitoral?

A maioria das igrejas deseja ter uma influência no processo eleitoral e dentro delas há grupos que defendem a democracia e, portanto, defendem que as igrejas não podem substituir os partidos políticos e o debate democrático. Mas também há grupos que consideram que os processos eleitorais são oportunidades de se fortalecer as próprias igrejas. Por isso, as igrejas, tanto a católica como as evangélicas, convivem internamente com práticas contraditórias. De um lado, e por vezes ao mesmo tempo, estimulam e criam espaços de debate em torno das questões políticas e, de outro, escolhem caminhos para defender os próprios interesses.

Como você acha que a população poderia se envolver melhor com as eleições?

Minha opinião é que o voto não deveria ser obrigatório e que os espaços na televisão e no rádio para propaganda eleitoral fossem somente na forma de debates entre os candidatos. Talvez isso reduzisse o número de pessoas envolvidas com as eleições, mas daria maior qualidade aos processos.

Qual relação o senhor faria entre eleições e religião?

É difícil falar de religião em geral, mas posso indicar algo sobre a minha, que é a cristã. Ela requer que a fé seja vivida sempre em permanente preocupação social, tendo em vista um mundo marcado pela justiça social e pela valorização das pessoas pobres, a exemplo do que fez Jesus. Nesse sentido, as eleições são oportunidades importantes para que possam ser expressas as preocupações sociais e como podemos encontrar caminhos mais adequados para a superação das desigualdades e para a prática da justiça.

A trajetória do processo

Da Velha República aos dias de hoje, as eleições

Giovanna Verone

As primeiras eleições políticas foram registradas no século V a.C., em Atenas, na Grécia. Naquela época, mulheres, escravos, estrangeiros e crianças não votavam. Não existiam partidos políticos, apenas 1/5 da população podia votar e os eleitores divulgavam seu voto publicamente, causando muitas vezes confusões e intrigas políticas. No século II a.C., os romanos inventaram uma urna onde os eleitores depositavam seus votos, melhorando o sistema de votação.

No Brasil Colônia, o sistema de eleições já estava presente quando os portugueses votavam para decidir quem iria governar as cidades e vilas fundadas. “Na segunda década do século XVI, a cidade de São Vicente realizou a primeira eleição para eleger o Conselho Municipal da Vila de São Vicente”, conta José Veríssimo, coordenador do curso de Gestão Pública da Universidade Metodista de São Paulo.

Até os anos de 1881 as votações no Brasil eram realizadas nas igrejas e, antes, em cerimônias específicas para esta finalidade. A Constituição de 1891 mudou a relação Igreja-Estado, separando os dois. “Para ter direito a

voto naqueles tempos o eleitor precisava ter uma quantidade de terra significativa e mais de 25 anos. Mulheres, índios, escravos e assalariados não podiam votar”, diz Veríssimo.

A Proclamação da República, em 1889, deu cabo, ao menos na teoria, ao voto censitário, que restringia a participação de analfabetos e mulheres. Após a Revolução de 1930, com a reforma do Código Eleitoral, foi criada a Justiça Eleitoral, que se tornou responsável por todo o processo das eleições. Com base neste novo código, foi instituído o voto secreto e as mulheres finalmente passaram a ter o direito de ir às urnas.

“Durante a ditadura estabelecida pelo governo de Getúlio Vargas a Justiça Eleitoral foi extinta e foram estabelecidas novas regras. Os partidos políticos foram abolidos, eleições livres ficaram suspensas e foi imposto um mandato de seis anos com eleição indireta para presidente”, explica Veríssimo. Em 1945, devido à forte oposição, Vargas alterou a legislação e restabeleceu a Justiça Eleitoral, lançando Eurico Gaspar Dutra como seu candidato nas eleições gerais. O golpe de 29 de outubro de 1945, organizado pelos ministros militares, tirou Vargas do poder e José Linhares



A presidente Dilma Rousseff, primeira mulher eleita para o cargo, no dia da posse

assumiu até a posse de Dutra, em janeiro de 1946.

Getúlio Vargas retornou à presidência em 1951, com 50% dos votos. Em 1956, Juscelino Kubitschek assumiu a presidência até ser substituído por Jânio Quadros. Sete meses após a posse, Jânio renunciou, causando uma crise institucional. “Os militares não queriam o vice João Goulart no poder, pois acreditavam que ele era da esquerda”, comenta o coordenador de Gestão Pública. Devido à grande resistência, Goulart resolveu estabelecer o regime parlamentarista, que vigou por dois anos, fazendo assim com que os ministros militares o aceitassem de volta na presidência.

Com o golpe militar em 1964, Goulart renunciou e foi exilado para o Uruguai. “O regime militar cassou políticos, decretou eleições indiretas, alterou a duração de mandatos e instituiu o voto vinculado e as sublegendas”, conta Veríssimo. Em 1968, o Ato Institucional número 5 aumentou os poderes do presidente e possibilitou o fechamento do Congresso Nacional. Durante os 21 anos em que os militares ficaram no poder, foram eleitos indiretamente cinco presidentes, partidos foram extintos, restrições à propaganda eleitoral e proibição de

debates políticos em meios de comunicação foram instituídos por lei.

Em 1979, a Arena, partido de apoio militar, e o MDB, de oposição, foram extintos. Em 1980, as eleições diretas para senador e governador foram restabelecidas e, em 1984, o movimento Diretas Já ganhou força e apoio popular, culminando na eleição de Tancredo Neves, que faleceu antes de tomar posse, sendo substituído por José Sarney. Durante o mandato de Sarney foram restabelecidas as eleições diretas e abolida a fidelidade partidária. Em 1988, a Constituição Cidadã estabeleceu o voto obrigatório para maiores de 18 anos.

Em 1989, Fernando Collor foi o escolhido na primeira eleição direta de um presidente após o período de ditadura militar. Collor foi responsável por um plano econômico que acabou causando uma onda enorme de desemprego. Renunciou ao cargo em 1992, quando assumiu seu vice, Itamar Franco. Em 1995, Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência e permaneceu por oito anos no cargo, devido à reeleição. Luiz Inácio Lula da Silva se tornou presidente em 2003 e permaneceu até 2011, quando Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidente mulher do País.



Escolha engajada

As redes sociais se consolidam como um fator essencial para um aumento da participação política no mundo atual



Divulgação

GUSTAVO CARNEIRO

Doutor em Ciências da Religião na área “Religião, Sociedade e Cultura” e bacharel em Teologia, o professor Oswaldo de Oliveira Júnior é coordenador do Núcleo de Formação Cidadã da Universidade Metodista de São Paulo.

Com experiência nas áreas de cidadania, urbanização e movimentos populares, o professor acredita que o voto só tem valor real somente com o engajamento pleno da sociedade com a política.

Espaço Cidadania: Qual é a importância do voto para o cidadão?

Oswaldo de Oliveira: Votar é parte do processo de construção da cidadania, contudo não é o único instrumento. A cidadania não se inicia e nem se encerra com o voto. Através da urna é possível que o cidadão expresse sua vontade desde que outros direitos estejam plenamente garantidos, como educação, participação política, democracia e liberdade de opinião.

Espaço Cidadania: Como você acha que a população poderia se envolver melhor com as eleições?

Oswaldo de Oliveira: A eleição é um momento, é parte de um longo processo político e social. O envolvimento isolado da população com o “evento” eleição não contribui efetivamente para a ampliação da cidadania. Acredito que a participação ocorre no processo muito anterior e posterior às eleições, acompanhando e participando dos movimentos sociais dos processos políticos e econômicos.

Espaço Cidadania: Levando em consideração o envolvimento dos candidatos e dos eleitores com a internet, como o senhor vê a utilização das redes sociais nas eleições?

Oswaldo de Oliveira: Vejo as redes so-

ciais como instrumentos importantes de comunicação e com um forte potencial de democratização da informação, fator essencial para que ocorra uma maior participação política e consequentemente o alargamento da cidadania. Contudo, é preciso ter cautela, pois ao mesmo tempo em que existe esta potencialidade “democrática”, notamos uma concentração da informação, o que impede uma pluralidade de ideias e opiniões, algo prejudicial à cidadania. Encontramos bons exemplos do uso das redes sociais em ações como o “Occupy Wall Street” e a “Primavera Árabe”. Estas mobilizações simultâneas em todo o globo utilizaram as redes sociais como forma de comunicação e articulação e têm em comum o fato de identificarem que na fase atual de mundialização do capital há um processo crescente de destruição dos direitos mais fundamentais das pessoas: saúde, educação, moradia e trabalho, em decorrência da intensificação da exploração do trabalho, gerando um distanciamento, também crescente, da relação dos indivíduos com os valores essenciais da vida em sociedade.

Espaço Cidadania: Qual é a relação entre eleições e cidadania?

Oswaldo de Oliveira: As eleições podem ser consideradas parte do processo de conquistas da cidadania. Votar é um direito da pessoa. O processo eleitoral precisa ser estendido e vivido para além do ato de votar e todo o debate político que antecede a eleição é necessário para que os direitos do cidadão sejam ampliados. É neste debate que as contradições presentes na sociedade virão à tona. O voto não encerra a participação do cidadão — a cidadania é construída com a participação e o debate coletivo sempre.

Cada cidadão deve fazer sua parte

Acompanhar o trabalho dos candidatos que assumem o mandato em janeiro de 2013 é a melhor maneira de ajudar o Brasil

Giovanna Verone

A cada quatro anos os brasileiros vão às urnas para escolher seus governantes. Neste mês, assumem o mandato os candidatos eleitos para representar a população nos cargos de prefeitos e vereadores em todo o País. Para muitos eleitores, a participação política terminou em novembro do ano passado, quando votou. Contudo, para ter certeza que a pessoa escolhida por meio do voto cumprirá as promessas feitas durante o período de campanha, a partir de agora é preciso acompanhar de perto a trajetória de quem elegemos.

Segundo o jornalista Milton Jung, da rádio CBN, a melhor maneira do eleitor se envolver no processo político é buscar informações antecipadas sobre os candidatos. “Não é possível escolher um representante nos dias próximos às

eleições, votando sem pensar, sem estudar, sem pesquisar. Isso é um erro, pois provavelmente serão eleitos políticos de baixa qualidade”, explica.

Cláudio Vieira, responsável pelo projeto Adote um Vereador, cujo objetivo é fazer com que o cidadão siga de perto as atividades parlamentares de quem elegeu, afirma que acompanhar o governante depois de eleito é dar continuidade ao voto. “A melhor maneira de conseguirmos que as políticas públicas atinjam seus objetivos e que ocorra melhoria na qualidade de vida das pessoas é fiscalizando e cobrando ações dos nossos governantes,” comenta Cláudio.

Nas eleições de 2012, as redes sociais tiveram um papel fundamental. Os internautas postaram suas opiniões e puderam compartilhar dados importantes de candidatos. “As redes sociais são hoje um excelente canal

de debates para se tratar da política”, acredita Jung. A internet pode ser positiva não só para o povo, como também para o candidato. “Através das redes sociais, podemos diminuir o distanciamento entre o cidadão e o agente político. Cada um pode trocar informações sobre seus bairros, sua cidade, apontando problemas e sugerindo soluções”, disse Vieira.

PROJETOS E CAMPANHAS

Com a internet e as redes sociais, nasceram campanhas de conscientização política, como o projeto Adote um Vereador, o Movimento Brasileiro Anônimo e o Polútil. A iniciativa Adote um Vereador começou em 2008 após o jornalista Milton Jung apresentar a proposta na rádio CBN. “A nossa rede tem como objetivo divulgar as ações dos vereadores a partir do acompanhamento que o próprio cidadão faz”, comenta Vieira. Para participar, basta o eleitor escolher um vereador e montar um blog, onde colocará informações e opiniões sobre ele. “Acompanhando durante quatro anos o político, o cidadão consegue acumu-

lar uma quantidade de informações suficiente para ter uma consciência melhor para o voto”, conclui Jung.

Já o Movimento Brasileiro Anônimo é a união de diversos jovens que atuam no anonimato e buscam compartilhar suas ideias, incentivar a discussão, além de alertar a população sobre a importância do voto consciente. Sua principal ação começou em São Paulo e teve várias cidades brasileiras como participantes – nestes municípios foram espalhadas réplicas de urnas eletrônicas colocadas em cima de lixeiras públicas, com os dizeres “Destá vez, vote no Brasil, e não no lixo”.

O Polútil, por sua vez, é uma página do Facebook criada com o objetivo de unir a população e tirar a poluição criada pelos políticos e suas propagandas, transformando cavaletes, folhetos e cartazes em objetos criativos que sejam úteis para a sociedade. São iniciativas cada vez mais difundidas na sociedade e um sinal de que políticos que não cumprem com suas promessas terão seus atos expostos e poderão perder nas urnas em futuras campanhas eleitorais.



Âncora da CBN, o jornalista Milton Jung foi o responsável por apresentar no rádio a proposta do Adote um Vereador



Iniciativa do Movimento Brasileiro Anônimo em prol do voto consciente

Espaço Cidadania é uma publicação mensal do Instituto Metodista de Ensino Superior. Tiragem: 3.000 exemplares
Conselho Diretor: Paulo Roberto Lima Bruhn (Presidente), Nelson Custodio Ferr (Vice – Presidente), Aureo Lídio Moreira Ribeiro, Kátia Santos, Augusto Campos De Rezende, Carlos Alberto Ribeiro, Osvaldo Elias de Almeida, Marcos Sptizer, Ademir Aires Clavel, Oscar Francisco Alves, Regina Magna Araujo (Suplente), Valdecir Barreros (Suplente). **Diretor Geral:** Wilson Roberto Zucherato. **Reitor:** Marcio de Moraes. **Diretor de Comunicação:** Paulo Roberto Salles Garcia. **Coordenação Editorial:** Gerência de Comunicação do IMS e Agência de Comunicação da Faculdade de Comunicação **Conselho Editorial:** Clovis Pinto de Castro (presidente), Elena Alves Silva, Luiz Roberto Al-

ves, Paulo Roberto Salles Garcia, Dagmar Silva Pinto de Castro, Paulo Bessa da Silva, Nicanor Lopes, Léia de Souza.
Redação: Giovanna Verrone e Gustavo Carneiro (alunos da Faculdade de Comunicação). **Edição:** Alexandra Martin (MTb 26.264) e Israel Bumajny (MTb 60.545)
Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Timbre Consultoria em Marca e Design.
Redação: Rua Alfeu Tavares, 149 • Edifício Ró • Rudge Ramos • 09640-000 • São Bernardo do Campo • SP
Telefone: (11) 4366-5928 **E-mail:** imprensa@metodista.br **Versão Online:** www.metodista.br
Os textos podem ser reproduzidos, desde que citada a fonte e seus autores.